

NAVIO - PATRULHA FLUVIAL RORAIMA

Aviso de Contratação 5/2025**Informações Básicas**

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2025	788130-NAVIO - PATRULHA FLUVIAL RORAIMA	MATHEUS BORGES MACEDO	18/08/2025 21:41 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	9/2025	63251.000335/2025-52

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 05/2025****(Processo Administrativo n.º 63251.000335/2025-52)**

Torna-se público que o NAVIO-PATRULHA FLUVIAL "RORAIMA", por meio da Divisão de Apoio, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: Conforme publicação no PNCP;**Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00; e****Critério de Julgamento: menor preço.****1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1 O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de equipamentos, a serem instalados na cozinha e refeitório (rancho), do Navio-Patrolha Fluvial "Roraima", conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos. Estes itens são necessários para garantir a eficiência, a segurança e a higiene das atividades nos refeitórios e na cozinha do Navio-Patrolha Fluvial "Roraima".

1.1.1 Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. REGISTRO DE PREÇOS

2.1 Não haverá registro de preços.

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

3.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.3.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.2.3.2 O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746 /2014-TCU-Plenário); e

3.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

4.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021. [A5]

5. FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

5.3. *O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.*

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 1,00 (um) real.

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

6.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133 /2021, legislação correlata e nos itens 3.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.4.1. SICAF;

6.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3 /2018, art. 29, §2º).

6.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. contiver vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.15. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

7.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 24 horas, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.8. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do

item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

7.8.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

7.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.10.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Não haverá ata de registro de preços.

9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1 Não haverá formação de cadastro de reserva.

10. CONTRATAÇÃO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato **OU** aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato /Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

10.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

10.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

10.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12; [A1]

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

11.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.11. as peculiaridades do caso concreto;

11.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

12.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

12.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

12.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

12.2. As providências dos subitens 12.1.1 e 12.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, o seguinte anexo:

12.12.1. ANEXO I – Termo de Referência.

12.12.2. ANEXO II - Justificativa Para Ausência de Análise de Riscos;

12.12.3. ANEXO III - Atestado de Previsão e Adequação de Recursos Orçamentários;

12.12.4. ANEXO IV - Estudo Técnico Preliminar;

12.12.5. ANEXO V - Relatório de Pesquisa de Preço; e

12.12.6. ANEXO VI - Documento de Formalização da Demanda.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MATHEUS BORGES MACEDO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 18/08/2025 às 20:42:29.

ANTONIO DIAS CARRIJO NETO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 18/08/2025 às 21:41:52.

NAVIO - PATRULHA FLUVIAL RORAIMA

Termo de Referência 6/2025

Informações Básicas

Número do artefato UASG Editado por Atualizado em
6/2025 788130-NAVIO - PATRULHA FLUVIAL RORAIMA MATHEUS BORGES MACEDO 18/08/2025 15:42 (v 0.3)
Status
ASSINADO

Outras informações

Categoria Número da Contratação Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes 9/2025 63251.000335/2025-52

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para aquisição de equipamentos, a serem instalados na cozinha e refeitório (rancho), do Navio-Patrolha Fluvial "Roraima", conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus apêndices.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Aparelho Purificador De Água Tipo: Tripla Filtragem , Voltagem: 110/220 V, Capacidade: 2 L, Capacidade Refrigeração: 1,5 L/H, Características Adicionais: Água Gelada E Água Natural , Tipo Fixação: Parede , Acessórios: Kit Instalação, Suporte, Pingadeira Removível.	463093	UN	2	R\$ 689,835	R\$ 1.379,67
2	Forno Elétrico Aplicação: Industrial , Voltagem: 220 V, Capacidade: 55 L, Potência: 2.000 W, Cor: Inox , Largura: 59 CM, Profundidade: 65 CM, Características Adicionais: 2 Assadeiras.	622641	UN	1	R\$ 1.119,00	R\$ 1.119,00
3	Batedeira Industrial Material Corpo: Aço Carbono , Capacidade: 5 L, Potência Motor: 1,8w CV, Quantidade Velocidade: 10 , Tensão Alimentação: Bivolt V,	613983	UN	1	R\$ 1.867,035	R\$ 1.867,035

	Acessórios: 03 Batedores Em Alumínio; Cuba Removível, Em Aço Inox.					
4	Cafeteira Elétrica Material: Aço Inoxidável , Capacidade: 6 L, Voltagem: 110/220 V, Características Adicionais: Aro Coador Em Aço, Dispensa Uso De Filtro De Pano , Potência: 1.000 W.	437648	UN	1	R\$ 871,44	R\$ 871,44
5	Refresqueira Material Estrutura: Aço Inoxidável , Material Depósito: Acrílico , Tipo: 2 Depósitos , Capacidade: 30 L, Tensão: 110 / 220 V, Potência: 240 W, Aplicação: Servi Bebidas Frias	284196	UN	1	R\$ 2.450,00	R\$ 2.450,00
6	Chaleira Material: Aço Inoxidável e Vidro, Capacidade: 1,8 L, Características Adicionais: Desligamento Automático, Base Destacável , Tipo: Elétrica , Potência Mínima: 1.200 W, Voltagem: 110.	602232	UN	3	R\$ 88,50	R\$ 265,50
7	Balcão Térmico Material: Aço Inoxidável , Profundidade: 20 cm, Largura: 86 cm, Altura: 20 cm, Sistema de aquecimento Banho-maria, termostato regulável de 20° a 120°. Quantidade Recipiente: 4 Cubas GN 1 /2 de 10cm de profundidade e capacidade de 6,1 litros cada, Tensão: 110V.	370074	UN	1	R\$ 2.088,555	R\$ 2.088,555
8	Cortador Elétrico Frios Material: Aço Inoxidável , Tensão: 110 V, Diâmetro Disco: 300 MM, Potência Motor: 0,33 C.	613341	UN	1	R\$ 3.879,995	R\$ 3.879,995

1.2. Em caso de eventual divergência entre a descrição dos itens do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.3. Os bens objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. Os objetos desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. A presente contratação adotará o regime de execução ordinário.

1.6. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o contratual.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. Os objetos da contratação está previsto no Programa de Aplicação de Recursos (PAR).

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. Adquirir equipamentos, a serem instalados na cozinha e refeitório (rancho), do Navio-Patrolha Fluvial "Roraima" por meio de dispensa eletrônica de licitação, em acordo com o Art. 75º, Inciso II da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021. Observando os princípios da vantajosidade econômica valores e limites legais, na qual aplica-se o recurso publico qualitativamente com o menor gasto.
- 3.2 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.1.1 O serviço/fornecimento do material deverá ocorrer conforme solicitação de agendamento da CONTRATANTE.

4.1.2 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

Sustentabilidade:

- 4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. Adotar os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento Gestão MPOG, como também observar as práticas de proteção do meio ambiente previstas nas Leis nº 6.938/1981 e nº 12.187/2009, as disposições estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (22 Edição) da Advocacia-Geral da União (AGU).

4.2.2. Só será admitida a oferta do item que possua Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

4.2.3. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução do CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

Subcontratação

- 4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O **prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ao fornecedor, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: NPaFlu “Roraima” Rua Rio Itaquai, S/N - Vila Buriti – Distrito Industrial, Manaus - AM, Cep: 69.072-080.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.6. O **prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 3 (três) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.9 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.10. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.11. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **5 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- 8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

- 8.14. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.15. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.16. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.17. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.18. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.19. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.20. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 8.21. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.22. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.23. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.24. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.25. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.26. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.27. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 13.921,20

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 13.921,20 (treze mil, novecentos e vinte e um reais e vinte centavos), conforme mediana aposta no Painel de Preços.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A fim de evidenciar o crédito orçamentário necessário para contratar o objeto, declaro que há programação de recebimento de recursos para os fins dispostos no Art. 72 da Lei nº 14.133/202. As despesas decorrentes da contratação têm adequação orçamentária e financeira no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2025, por meio da seguinte classificação orçamentária:

Ação Interna B441MRZ02DD;
Fonte de Recursos (FR) 3129000000;
Natureza de Despesa (ND) 449052;
Unidade Orçamentária (UO) 52131; e
Programa de Trabalho (PT) 174713.

Poderá haver alterações na Célula de Crédito (Elementos Programáticos), diante de novos provisionamentos de créditos. Ademais, participo que a contratação em comento respeita o limite de valor de dispensa de licitação, considerando o somatório do valor da contratação com o valor de outros objetos da mesma natureza, contratados pela unidade gestora no mesmo exercício financeiro, conforme incisos I e II do § 1º do art. 4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MATHEUS BORGES MACEDO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/08/2025 às 20:38:24.

ANTONIO DIAS CARRIJO NETO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 18/08/2025 às 15:42:28.

NAVIO - PATRULHA FLUVIAL RORAIMA

Justificativa para ausência de Análise de Riscos 11/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2025	788130-NAVIO - PATRULHA FLUVIAL RORAIMA	MATHEUS BORGES MACEDO	18/08/2025 15:36 (v 0.3)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	9/2025	63251.000335/2025-52

1. Justificativa para Análise de Riscos



MARINHA DO BRASIL

NAVIO-PATRULHA FLUVIAL "RORAIMA"

Para fins dos presentes autos, com base no aspecto discricionário conferido à Administração Pública pelo art. 72, inciso I, da Lei 14.133, de 2021, entende-se que a menor complexidade do objeto enseja a prescindibilidade de Estudo Técnico Preliminar/Análise de Riscos. Ainda assim, registra-se que as informações necessárias e suficientes ao pleito, capazes de maximizar o interesse público, encontram-se nos documentos componentes desse processo.

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MATHEUS BORGES MACEDO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/08/2025 às 20:15:24.

ANTONIO DIAS CARRIJO NETO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 18/08/2025 às 15:36:02.

NAVIO - PATRULHA FLUVIAL RORAIMA

Atestado de Previsão e Adequação de Recursos Orçamentários 10/2025**Informações Básicas**

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2025	788130-NAVIO - PATRULHA FLUVIAL RORAIMA	MATHEUS BORGES MACEDO	18/08/2025 15:37 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	9/2025	63251.000335/2025-52

1. Atestado

MARINHA DO BRASIL

NAVIO-PATRULHA FLUVIAL "RORAIMA"

A fim de evidenciar o crédito orçamentário necessário para contratar o objeto referente ao Processo nº 788130/000009/2025, do Navio-Patrolha Fluvial "Roraima", declaro que há programação de recebimento de recursos para os fins dispostos no Art. 72 da Lei nº 14.133 /202.

As despesas decorrentes da contratação têm adequação orçamentária e financeira no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2025, por meio da seguinte classificação orçamentária: UGR 88130, PI B.441.MR.Z.0.2.DD, Ação Orçamentária - Execução 212B, PO - Execução 0006, Natureza de Despesa 449052 e Programa de Trabalho (PT) 174713. O valor estimado será de R\$ 13.921,20 (treze mil, novecentos e vinte e um reais e vinte centavos).

Poderá haver alterações na Célula de Crédito (Elementos Programáticos), diante de novos provisionamentos de créditos.

Ademais, participo que a contratação em comento respeita o limite de valor de dispensa de licitação, considerando o somatório do valor da contratação com o valor de outros objetos da mesma natureza, contratados pela unidade gestora no mesmo exercício financeiro, conforme incisos I e II do § 1º do art. 4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021.

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MATHEUS BORGES MACEDO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/08/2025 às 20:12:20.

ANTONIO DIAS CARRIJO NETO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 18/08/2025 às 15:37:17.

NAVIO - PATRULHA FLUVIAL RORAIMA

Estudo Técnico Preliminar 6/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 63251.000335/2025-52

2. Descrição da necessidade

A aquisição de equipamentos utilizados na confecção de alimentos e para garantia das condições mínimas de saúde e habitabilidade das instalações da cozinha e refeitórios é de fundamental importância para garantir a eficiência, a segurança e a higiene das atividades nos refeitórios e na cozinha do Navio-Patrulha Fluvial "Roraima". A modernização das instalações contribui diretamente para a melhoria das condições de trabalho da equipe de rancho, assegura a adequada conservação e preparo dos alimentos e eleva o nível de bem-estar da tripulação, refletindo positivamente na moral e na prontidão operacional do navio.

A aquisição é considerada "comum" pois os objetos enquadram-se na classificação nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002 "Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado."

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Apoio	1T Macedo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratada deverá fornecer os itens em questão, novos e em bom estado.

De acordo com o art. 1º da Instrução Normativa número 01-MPOG de 19 Jan 2010, as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas;

Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a entrega dos itens.

As demais obrigações da Contratada e Contratante estão previstas no termo de referência.

5. Levantamento de Mercado

A Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Conforme prevê o Art. 5º da referida IN: "A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos. (...)”

O levantamento de mercado dos itens foi conforme o previsto no inciso I.

Os valores obtidos na pesquisa foram avaliados criticamente, no sentido de que o preço médio não apresente grandes variações em seus extremos, não comprometendo a estimativa do preço de referência, representando de forma satisfatória os preços praticados no mercado.

6. Descrição da solução como um todo

O objetivo que se espera desta contratação é a manutenção da operabilidade do Navio-Patrolha Fluvial Roraima, por meio da aquisição de equipamentos, a serem instalados na cozinha e refeitório (rancho). Estes itens são importantes para garantir condições mínimas de saúde e habitabilidade das instalações da cozinha e refeitórios do Navio que, por sua vez, possui a missão de promover a Patrulha e Inspeção Naval e Ações Cívico-Sociais na região amazônica. Portanto, torna-se mister a busca pelo mais alto grau de disponibilidade e aprestamento desta embarcação, sendo os itens dessa contratação fundamental para esse objetivo.

Sendo assim, as empresas deverão fornecer os itens de acordo com a demanda solicitada, quantitativo, preços e descrições constantes neste documento.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A quantidade total estabelecida foi levantada mediante a pesquisa direta com o setor demandante, onde foi levantado a necessidade. Desta forma, foi estabelecida a quantidade do material a ser adquirido a fim de manter as condições mínimas de saúde e habitabilidade das instalações da cozinha e refeitórios do navio.

Ademais, os cálculos que resultaram as demandas finais refletem nas necessidades historicamente observadas ou déficit nos paióis de bordo, chegando-se à seguinte quantidade:

2 (duas) unidades de Aparelho de Purificador de Água;

1 (uma) unidade de Forno Elétrico Industrial;

1 (uma) unidade de Batedeira Industrial;

1 (uma) unidade de Cafeteira Elétrica;

1 (uma) unidade de Refresqueira;

3 (três) unidades de Chaleira Elétrica;

1 (uma) unidade de Balcão Térmico, tipo Rechaud; e

1 (uma) unidade de Cortador de Frios.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 13.921,20

8.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 13.921,20 (treze mil, novecentos e vinte e um reais e vinte centavos), conforme custo aposto na tabela do item 1 do Termo de Referência.

8.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato. A estimativa de custo foi realizada conforme relatório de pesquisa de preços utilizando a base de dados do portal nacional de compras públicas.

8.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

8.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

8.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento não é aplicável.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Com fulcro no parágrafo único, do art. 1º, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, incluído pelo Decreto nº 11.137, de 18 de julho de 2022 c/c subitem 1.12, da SGM-102 (NORMAS SOBRE LICITAÇÕES, ACORDOS E ATOS ADMINISTRATIVOS), o objeto da contratação está previsto no Programa de Aplicação de Recursos (PAR).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição visa a manter o mínimo de habitabilidade e saúde da tripulação do Navio-Patrolha Fluvial "Roraima" e, portanto, salvaguardar a vida de seus tripulantes.

Além disso, a contratação contribuirá para a manutenção da operabilidade do Navio, responsável pelas operações de Patrulha Naval e de Ações Cívico-Sociais no ambiente amazônico, as quais refletem em diversas externalidades para a população ribeirinha e indígena da região atendida.

A contratação direta, tendo em vista o valor do objeto a ser adquirido, encontra-se dentro dos limites de dispensa eletrônica estabelecidos e tendo como base os princípios da eficiência, da eficácia e da celeridade mostra-se uma opção que geraria elevado grau de economia de recursos humanos e materiais disponíveis envolvidos num processo licitatório.

13. Providências a serem Adotadas

Não serão necessárias mudanças para viabilizar a utilização da solução, em virtude de que o objeto em lide visa promover a aquisição de equipamentos, a serem instalados na cozinha e refeitório (rancho), do Navio-Patrolha Fluvial "Roraima", não alterando a estrutura da organização militar.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A licitante vencedora deverá adotar, no que couber, as práticas de sustentabilidade ambiental dispostas na Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, em especial ao art. 7º; e na Instrução Normativa nº 01/SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010.

Os pormenores encontram-se discriminados em tópico específico do Termo de Referência.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MATHEUS BORGES MACEDO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/08/2025 às 20:30:53.

ANTONIO DIAS CARRIJO NETO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 18/08/2025 às 19:28:29.

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
28/2025	788130	Concluída	MATHEUS BORGES MACEDO

Título: 9/2025 - Itens de rancho.

Observações:

Total de itens cotados: 8 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 13.921,1950

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
463093 - Aparelho Purificador De Água Tipo: Tripla Filtragem , Voltagem: 110/220 V, Capacidade: 2 L, Capacidade Refrigeração: 1,5 L/H, Características Adicionais: Água Gelada E Água Natural , Tipo Fixação: Parede , Acessórios: Kit Instalação, Suporte, Pingadeira Removível	Unidade	2

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 69,1246%
R\$ 64,3000	R\$ 825,3992	R\$ 689,8350	Desvio Padrão: 570,5539
			Maior Preço: R\$ 4.199,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 904,7300	05/08/2025	Sim
2		INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 950,0000	05/08/2025	Sim
3		SENADO FEDERAL - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 762,0000	01/08/2025	Sim
4		COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	24	Unidade	R\$ 746,7600	31/07/2025	Sim
5		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 686,9900	30/07/2025	Sim
6		CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 1.150,0000	10/07/2025	Sim
7		MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 702,0000	07/07/2025	Sim
8		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 712,7000	26/06/2025	Sim
9		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 739,9900	17/06/2025	Sim

10		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 572,0000	13/06/2025	Sim
11		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1292,0000	12/06/2025	Sim
i12		ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 870,0000	11/06/2025	Sim
13		PMSP - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 599,9300	10/06/2025	Sim
14		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	11	Unidade	R\$ 550,0000	05/06/2025	Sim
15		CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - BA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 627,9900	02/06/2025	Sim
16		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	77	Unidade	R\$ 700,0000	20/05/2025	Sim
17		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	18	Unidade	R\$ 599,0000	06/05/2025	Sim
18		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SERGIPE - Compras.gov.br	217	Unidade	R\$ 589,9000	05/05/2025	Sim
19		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 705,8400	28/04/2025	Sim
20		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 705,8400	28/04/2025	Sim
21		UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 620,0000	23/04/2025	Sim
22		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E ESPORTE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 634,0500	16/04/2025	Sim
23		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 750,0000	14/04/2025	Sim
24		FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 4.199,0000	20/03/2025	Sim
25		SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/CE - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 691,6700	21/02/2025	Sim
26		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 610,0000	13/02/2025	Sim
27		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 450,0000	30/01/2025	Sim
28		FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 530,0000	28/01/2025	Sim
29		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 620,0000	24/01/2025	Sim
30		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 688,0000	21/01/2025	Sim
i31		ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 392,6000	16/01/2025	Sim
32		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	76	Unidade	R\$ 599,0000	16/01/2025	Sim
i33		ESP - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 999,0000	15/01/2025	Sim
34		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 643,0000	14/01/2025	Sim
35		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 1.657,3000	10/01/2025	Sim
36		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 64,3000	18/12/2024	Sim
37		JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	28	Unidade	R\$ 1.289,0000	11/12/2024	Sim
i38		CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 7ª - RS - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.499,0000	10/12/2024	Sim
39		UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	28	Unidade	R\$ 591,0000	09/12/2024	Sim

40	I	ESP-SECRETARIA DE MEIO AMB., INFRAEST. E LOG - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 795,0000	09/12/2024	Sim
41	I	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - Compras.gov.br	108	Unidade	R\$ 1.840,0000	06/12/2024	Sim
42	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	19	Unidade	R\$ 650,0000	03/12/2024	Sim
43	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - Compras.gov.br	114	Unidade	R\$ 587,8700	03/12/2024	Sim
44	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - Compras.gov.br	406	Unidade	R\$ 587,8700	03/12/2024	Sim
i 45	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 820,0000	01/12/2024	Sim
46	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 677,3500	22/11/2024	Sim
47	I	PMSP - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 745,2900	18/11/2024	Sim
48	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 558,1800	13/11/2024	Sim
49	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 794,0300	04/11/2024	Sim
50	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 519,7800	22/10/2024	Sim

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
622641 - Forno Elétrico Aplicação: Industrial , Voltagem: 220 V, Capacidade: 55 L, Potência: 2.000 W, Cor: Inox , Largura: 59 CM, Profundidade: 65 CM, Características Adicionais: 2 Assadeiras	Unidade	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 400,0000	R\$ 1.346,6545	R\$ 1.119,0000
Coeficiente de Variação: 64,4486% Desvio Padrão: 867,9000 Maior Preço: R\$ 3.210,0000		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado


Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE RIO BRANCO - AC - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 700,0000	07/08/2025	Sim
2	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO JANEIRO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 2.107,2900	05/05/2025	Sim
3	I	PREFEITURA DE MARIOPOLIS - PR - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 400,0000	29/04/2025	Sim
4	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.741,1500	08/04/2025	Sim
5	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 525,0000	24/03/2025	Sim
6	I	PREFEITURA DE REALEZA - PR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 654,5000	19/03/2025	Sim
7	I	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/MG - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 3.210,0000	04/02/2025	Sim
8	I	PREFEITURA DE MARMELEIRO - PR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.099,9900	17/01/2025	Sim
		COMANDO DA MARINHA - Compras.					

9		gov.br	1	Unidade	R\$ 1.119,0000	27/12/2024	Sim
10		PREFEITURA DE BOCAIUVA DO SUL - PR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 458,7500	04/12/2024	Sim
11		ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.797,5200	22/11/2024	Sim

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
613983 - Batedeira Industrial Material Corpo: Aço Carbono , Capacidade: 5 L, Potência Motor: 1,8w CV, Quantidade Velocidade: 10 , Tensão Alimentação: Bivolt V, Acessórios: 03 Batedores Em Alumínio; Cuba Removível, Em Aço I	Unidade	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	<input checked="" type="radio"/> Mediana
R\$ 113,1500	R\$ 1.560,4380	R\$ 1.867,0350
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 47,5702% Desvio Padrão: 742,3042 Maior Preço: R\$ 2.480,0000		

Filtro Aplicado


Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	3658	Unidade	R\$ 2.250,0000	07/08/2025	Sim
2		FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	6004	Unidade	R\$ 2.450,0000	07/08/2025	Sim
3		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.212,8900	29/07/2025	Sim
4		PREFEITURA CORONEL BICACO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 1.700,0000	03/07/2025	Sim
5		PREFEITURA MUNICIPAL DE STO. ANTONIO DE JESUS - Compras.gov.br	13	Unidade	R\$ 1.789,9000	01/07/2025	Sim
6		PREFEITURA MUNICIPAL DE STO. ANTONIO DE JESUS - Compras.gov.br	42	Unidade	R\$ 1.200,0000	01/07/2025	Sim
7		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 788,8900	09/06/2025	Sim
8		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.238,0000	29/05/2025	Sim
9		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 690,0000	28/05/2025	Sim
10		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.986,7800	28/05/2025	Sim
11		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 1.148,0000	22/05/2025	Sim
12		PREFEITURA DE CAMBE - PR - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 2.304,7800	14/05/2025	Sim
13		PREFEITURA DE CAMBE - PR - Compras.gov.br	38	Unidade	R\$ 2.304,7800	14/05/2025	Sim
14		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 2.158,2400	07/05/2025	Sim
15		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 403,0000	25/04/2025	Sim
		COMANDO DA AERONÁUTICA -					

16		Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.399,0000	11/04/2025	Sim
17		INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. DO MARANHÃO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 2.238,0000	27/03/2025	Sim
18		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 113,1500	24/03/2025	Sim
19		ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 700,0000	12/03/2025	Sim
20		ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	38	Unidade	R\$ 700,0000	12/03/2025	Sim
21		PREFEITURA DE VIÇOSA - AL - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 2.098,0000	10/12/2024	Sim
22		PREFEITURA DE VIÇOSA - AL - Compras.gov.br	38	Unidade	R\$ 2.098,0000	10/12/2024	Sim
23		ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 2.124,0000	02/12/2024	Sim
24		PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.480,0000	22/11/2024	Sim
25		SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-MG - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 1.944,1700	06/11/2024	Sim
26		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 779,8300	17/10/2024	Sim
27		COLEGIO PEDRO II - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 399,6800	10/09/2024	Sim
28		PREFEITURA DE CANDÓI - PR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 999,0000	05/09/2024	Sim
29		MGO-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 694,8300	04/09/2024	Sim
30		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.420,2200	30/08/2024	Sim

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 4

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
437648 - Cafeteira Elétrica Material: Aço Inoxidável . Capacidade: 6 L, Voltagem: 110/220 V, Características Adicionais: Aro Coador Em Aço, Dispensa Uso De Filtro De Pano , Potência: 1.000	Unidade	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	<input checked="" type="radio"/> Mediana
R\$ 693,9100	R\$ 984,8048	R\$ 871,4400
Coeficiente de Variação: 64,2524% Desvio Padrão: 632,7611 Maior Preço: R\$ 3.898,8900		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 3.898,8900	30/07/2025	Sim
2		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 693,9100	24/07/2025	Sim
3		MINISTERIO DA FAZENDA - Compras.gov.br	49	Unidade	R\$ 866,3500	23/07/2025	Sim
4		MINISTERIO DA FAZENDA - Compras.gov.br	18	Unidade	R\$ 891,4000	23/07/2025	Sim
5		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 725,1900	04/07/2025	Sim

6		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 725,0000	04/07/2025	Sim
7		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 790,0000	03/07/2025	Sim
8		SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/CE - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 874,0000	09/06/2025	Sim
9		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 925,5700	28/05/2025	Sim
10		CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 700,0000	19/05/2025	Sim
11		CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 20ª - MT - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.150,0000	01/04/2025	Sim
12		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 974,0000	26/03/2025	Sim
13		DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 1.000,0000	06/12/2024	Sim
14		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.051,0000	26/11/2024	Sim
15		INSTITUTO DE DESENVOLV.DE ARRAIAL DO CABO/RJ - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 903,0000	26/11/2024	Sim
i 16		ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 871,4400	18/11/2024	Sim
17		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 749,0000	13/11/2024	Sim
18		CONSELHO REG.DE FIS. E TERAPIA OCUPACIONAL-RS - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 733,9000	12/11/2024	Sim
19		CONSELHO REG.DE FIS. E TERAPIA OCUPACIONAL-RS - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 733,9000	12/11/2024	Sim
20		CONSELHO REGIONAL ENGENHARIA E AGRONOMIA - PR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 899,0000	08/11/2024	Sim
21		INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE - Compras.gov.br	21	Unidade	R\$ 715,0000	07/11/2024	Sim
22		CONSELHO REGIONAL ENGENHARIA E AGRONOMIA - PR - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 955,7900	04/09/2024	Sim
23		PREFEITURA DE MARINGA - PR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 824,1700	02/09/2024	Sim

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 5

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
284196 - Refresqueira Material Estrutura: Aço Inoxidável , Material Depósito: Acrílico , Tipo: 2 Depósitos , Capacidade: 30 L, Tensão: 110 / 220 V, Potência: 240 W, Aplicação: Servi Bebidas Frias	Unidade	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 2.090,0000	R\$ 2.420,1014	R\$ 2.450,0000
Coeficiente de Variação: 6,4365% Desvio Padrão: 155,7708 Maior Preço: R\$ 2.699,0000		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado


Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL					

1		GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 2.489,9000	08/08/2025	Sim
2		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE ALAGOAS - Compras.gov.br	29	Unidade	R\$ 2.499,0000	04/08/2025	Sim
3		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.450,0000	17/07/2025	Sim
4		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 2.450,0000	03/07/2025	Sim
5		ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 2.530,0000	24/06/2025	Sim
6		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 2.398,0000	29/05/2025	Sim
7		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.300,0000	26/05/2025	Sim
8		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	13	Unidade	R\$ 2.450,0000	26/05/2025	Sim
9		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	27	Unidade	R\$ 2.090,0000	02/04/2025	Sim
10		INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. DO MARANHÃO - Compras.gov.br	13	Unidade	R\$ 2.500,0000	27/03/2025	Sim
11		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	27	Unidade	R\$ 2.492,4000	26/03/2025	Sim
12		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 2.589,9900	13/03/2025	Sim
13		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	33	Unidade	R\$ 2.139,9800	10/02/2025	Sim
14		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.500,0000	28/01/2025	Sim
15		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 2.390,0000	23/01/2025	Sim
16		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 2.499,9000	06/01/2025	Sim
17		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	27	Unidade	R\$ 2.265,0000	17/12/2024	Sim
18		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 2.689,3500	02/12/2024	Sim
19		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.679,3200	28/11/2024	Sim
20		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.699,0000	22/11/2024	Sim
21		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 2.446,0000	07/11/2024	Sim
22		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.200,0000	06/11/2024	Sim
23		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.305,0000	08/10/2024	Sim
24		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.470,0000	07/10/2024	Sim
25		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	17	Unidade	R\$ 2.290,0000	27/09/2024	Sim
26		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DA PARAIBA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.400,0000	25/09/2024	Sim
27		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DA PARAIBA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.400,0000	25/09/2024	Sim
28		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 2.150,0000	16/09/2024	Sim

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 6

Descrição do item

602232 - Chaleira Material: Aço Inoxidável E Vidro. , Capacidade: 1,8 L, Características Adicionais: Desligamento Automático, Base Destacável , Tipo: Elétrica , Potência Mínima: 1.200 W, Voltagem: 110

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

3

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 30,0000

Média

R\$ 105,3276

● Mediana

R\$ 88,5000

Coeficiente de Variação: 52,4392%

Desvio Padrão: 55,2330

Maior Preço: R\$ 346,3900

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado


Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 60,0000	06/08/2025	Sim
2		ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 197,0000	21/07/2025	Sim
3		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 106,9900	17/07/2025	Sim
4		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 80,0000	08/07/2025	Sim
5		UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA - Compras.gov.br	92	Unidade	R\$ 59,0000	18/06/2025	Sim
6		PREFEITURA DE TEIXEIRA SOARES - PR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 30,0000	16/06/2025	Sim
7		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 108,8000	03/06/2025	Sim
8		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 98,1600	02/06/2025	Sim
9		JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	92	Unidade	R\$ 67,9700	20/05/2025	Sim
10		PREFEITURA DE MARIOPOLIS - PR - Compras.gov.br	21	Unidade	R\$ 65,0000	29/04/2025	Sim
11		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 103,5100	28/04/2025	Sim
12		ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 81,9100	23/04/2025	Sim
13		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 70,0000	13/03/2025	Sim
14		CONSELHO REGIONAL DE NUTRICAÇÃO - 8ª REGIÃO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 117,7900	06/03/2025	Sim
15		FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 146,3500	06/02/2025	Sim
16		FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 146,3500	06/02/2025	Sim
17		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 87,0000	05/02/2025	Sim
18		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 117,7500	24/01/2025	Sim
19		PREFEITURA DE SANTA HELENA - PR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 198,0000	17/01/2025	Sim
20		DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.gov.br	46	Unidade	R\$ 61,1000	26/12/2024	Sim
21		PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMOTEO - MG - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 84,0000	19/12/2024	Sim
22		ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 74,0000	06/12/2024	Sim

23		INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANÁ - Compras.gov.br	31	Unidade	R\$ 85,3100	05/12/2024	Sim
24		CONSELHO REG. DE ARQUITETURA E URBANISMO-RS - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 110,0000	02/12/2024	Sim
25		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	18	Unidade	R\$ 91,9900	28/11/2024	Sim
26		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 90,0000	27/11/2024	Sim
27		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 168,0000	26/11/2024	Sim
28		AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 86,0000	25/11/2024	Sim
29		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 133,7500	14/11/2024	Sim
30		ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 111,2000	13/11/2024	Sim
31		PREFEITURA DE TELEMAGO BORBA - PR - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 101,9000	12/11/2024	Sim
32		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 85,0000	31/10/2024	Sim
33		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 56,0000	23/10/2024	Sim
34		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 346,3900	02/10/2024	Sim
35		CONSELHO REGIONAL ENGENHARIA E AGRONOMIA - PR - Compras.gov.br	11	Unidade	R\$ 174,6500	04/09/2024	Sim
36		PREFEITURA DE FRANCISCO BELTRAO - PR - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 67,3100	26/08/2024	Sim
37		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 64,9500	22/08/2024	Sim
38		UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA - Compras.gov.br	22	Unidade	R\$ 69,3200	12/08/2024	Sim

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 7

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
370074 - Balcão Térmico Material: Aço Inoxidável , Comprimento: 122 CM, Largura: 68 CM, Altura: 29 CM, Componentes: Suporte Metálico Tubular/Termostato/Cubas , Características Adicionais: Banho Maria , Quantidade Recipiente: 6 Cubas U	Unidade	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço R\$ 1.656,8400	Média R\$ 3.378,5767	● Mediana R\$ 2.088,5550
Coeficiente de Variação: 91,1322% Desvio Padrão: 3.078,9709 Maior Preço: R\$ 10.500,0000		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado


Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.000,0000	24/07/2025	Sim
2		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.788,9700	16/06/2025	Sim
		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL					

3		GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 1.980,0000	16/06/2025	Sim
4		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.069,9000	29/05/2025	Sim
5		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.870,0000	28/05/2025	Sim
6		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.107,2100	23/05/2025	Sim
7		ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.656,8400	13/05/2025	Sim
8		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	31	Unidade	R\$ 10.500,0000	11/04/2025	Sim
9		INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. DO MARANHÃO - Compras.gov.br	18	Unidade	R\$ 2.145,0000	27/03/2025	Sim
10		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.145,0000	26/03/2025	Sim
11		SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/MG - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 10.000,0000	03/10/2024	Sim
12		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.280,0000	23/08/2024	Sim

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.


 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 8

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
613341 - Cortador Elétrico Frios Material: Aço Inoxidável , Tensão: 110 V, Diâmetro Disco: 300 MM, Potência Motor: 0,33 C	Unidade	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 2.815,0000	R\$ 4.434,8810	R\$ 3.879,9950
Coeficiente de Variação: 33,3551% Desvio Padrão: 1.479,2609 Maior Preço: R\$ 7.300,0000		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 2.815,0000	04/08/2025	Sim
2		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 3.799,9900	11/04/2025	Sim
3		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 7.300,0000	26/03/2025	Sim
4		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 3.110,0000	04/02/2025	Sim
 5		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 3.660,0000	04/12/2024	Sim
6		ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 7.121,0000	02/12/2024	Sim
7		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 4.142,0000	29/11/2024	Sim
8		ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 4.800,0000	25/11/2024	Sim
9		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 3.960,0000	04/11/2024	Sim
10		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 3.640,8200	23/08/2024	Sim

Legenda:

Relatório emitido em 18/08/2025 18:11

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

NAVIO - PATRULHA FLUVIAL RORAIMA

Documento de Formalização da Demanda 10/2025

Número do Documento de Formalização da Demanda: 10/2025

1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
Divisão de Apoio	22/08/2025 00:00	788130	ANTONIO DIAS CARRIJO NETO
Descrição sucinta do objeto			
O objeto desta contratação é a aquisição de equipamentos, a serem instalados na cozinha e refeitório (rancho), do Navio-Patrolha Fluvial "Roraima".			

2. Justificativa de Necessidade

A aquisição de equipamentos utilizados na confecção de alimentos e para garantia das condições mínimas de saúde e habitabilidade das instalações da cozinha e refeitórios é de fundamental importância para garantir a eficiência, a segurança e a higiene das atividades nos refeitórios e na cozinha do Navio-Patrolha Fluvial "Roraima". A modernização das instalações contribui diretamente para a melhoria das condições de trabalho da equipe de rancho, assegura a adequada conservação e preparo dos alimentos e eleva o nível de bem-estar da tripulação, refletindo positivamente na moral e na prontidão operacional do navio.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nº do item	Classe	PDM	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	Equipamentos para purificação de água	Aparelho Purificador De Água	acessórios: kit instalação, suporte, pingadeira removível, capacidade: 2, capacidade refrigeração: 1,5, características adicionais: água gelada e água natural, tipo: tripla filtragem, tipo fixação: parede, voltagem: 110/220 Unidade de fornecimento: Unidade	2,006	835	1.379,67
2	Equipamentos para cozinhar, assar e servir alimentos	Forno Elétrico	aplicação: industrial, capacidade: 55, características adicionais: 2 assadeiras, cor: inox, largura: 59, potência: 2.000, profundidade: 65, voltagem: 220 Unidade de fornecimento: Unidade	1,001	1.119,00	1.119,00
3	Máquinas e equipamentos para produtos alimentícios	Batedeira Industrial	acessórios: 03 batedores em alumínio; cuba removível, em aço i, capacidade: 5, material corpo: aço carbono, potência motor: 1,8w, quantidade velocidade: 10, tensão alimentação: bivolt Unidade de fornecimento: Unidade	1,001	867,035	1.867,035
4	Equipamentos Para Cozinhar, Assar E Servir Alimentos	Cafeteira Elétrica	capacidade: 6, características adicionais: aro coador em aço, dispensa uso de filtro de pano, material: aço inoxidável, potência: 1.000, voltagem: 110/220 Unidade de fornecimento: Unidade	1,008	71,44	871,44
5	Equipamentos para cozinhar, assar e servir alimentos	Refresqueira	aplicação: servi bebidas frias, capacidade: 30, material depósito: acrílico, material estrutura: aço inoxidável, potência: 240, tensão: 110 / 220, tipo: 2 depósitos Unidade de fornecimento: Unidade	1,002	450,00	2.450,00
6	Utensílios e ferramentas manuais de cozinha	Chaleira	capacidade: 1,8, características adicionais: desligamento automático, base destacável, material: aço inoxidável e vidro., potência mínima: 1.200, tipo: elétrica, voltagem: 110 Unidade de fornecimento: Unidade	3,008	88,50	265,50
7	Mobiliários diversos e acessórios	Balcão Térmico	altura: 29, características adicionais: banho maria, componentes: suporte metálico tubular/termostato/cubas, comprimento: 122, largura: 68, material: aço inoxidável, quantidade recipiente: 6 cubas Unidade de fornecimento: Unidade	1,002	088,555	2.088,555
8	Equipamentos e aparelhos de cozinha	Cortador Elétrico Frios	diâmetro disco: 300, material: aço inoxidável, potência motor: 0,33, tensão: 110 Unidade de fornecimento: Unidade	1,003	879,995	3.879,995

3.2 Serviços

Nenhum serviço incluído.

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Assinado de forma digital por MATHEUS BORGES
MACEDO:15321807728
Dados: 2025.08.18 16:04:55 -04'00'

MATHEUS BORGES MACEDO

Membro da comissão de contratação



ANTONIO DIAS CARRIJO NETO:99693801172
2025.08.18 15:54:59 -04'00'

ANTONIO DIAS CARRIJO NETO

Autoridade competente

5. Acompanhamento

IdAcompanhamento	Responsável	Data
1 Demanda aprovada, iniciar processo de aquisição.	ANTONIO DIAS CARRIJO NETO	15/08 /2025 15:13
2 A aquisição de equipamentos utilizados na armazenagem e confecção de alimentos do Navio, essenciais na garantia das condições mínimas de saúde e habitabilidade das instalações da cozinha e refeitórios é de fundamental importância para garantir a eficiência, a segurança e a higiene das atividades nos refeitórios e na cozinha do Navio-Patrolha Fluvial "Roraima". Demanda se justifica virtude, a não obtenção, implicar na indisponibilidade da operação do Navio, por falta nas condições mínimas de alimentação.	MATHEUS BORGES MACEDO	15/08 /2025 14:58
3 Necessidade emergencial e inexistência de ata de registro de preço em vigor.	MATHEUS BORGES MACEDO	15/08 /2025 14:31

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.